

## EDITORIAL

O novo número da Revista *Ius Gentium* dá continuidade às mudanças iniciadas este ano, com a renovação do seu projeto gráfico e diagramação. Além disso, as alterações no nível de classificação da revista junto ao sistema Qualis Periódicos e o novo perfil acadêmico do corpo editorial acabam inadvertidamente modificando o perfil acadêmico dos pesquisadores interessados em enviar seus trabalhos, o que promove um deslocamento de conteúdo dos debates apresentados em relação às edições anteriores.

Seguindo o exemplo do número anterior, também este inicia com importantes pesquisas histórico-jurídicas: a começar pelo trabalho teórico-metodológico de Stéfano Gonçalves Lima e Gustavo César Machado Cabral, que reflete sobre a metodologia da pesquisa jus-histórica a partir do pensamento de Paul Veyne; em seguida, Gustavo Guth apresenta os resultados de sua pesquisa sobre a regulação jurídica do ambiente urbano de Curitiba no século XVIII, e Kamylla Padilha e Heloísa Fernandes Câmara examinam o papel do Direito na construção de um conceito de nação brasileira a partir da década de 1930.

No campo dos direitos humanos, Túlio Macedo Rosa e Silva e André Ricardo Antonovicz Munhoz analisam a atuação do Conselho Nacional de Justiça no cumprimento da sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, que condenou o Brasil no caso *Ximenes Lopes*. Isabela Tonon Furtado escreve sobre direito criminal, avaliando a situação das pessoas em condição asilar no Complexo Médico de Pinhais em face da Resolução nº 487 do Conselho Nacional de Justiça; e Samuel Ebel Braga Ramos aborda o tema da colaboração premiada da pessoa jurídica, levando em consideração a jurisprudência do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Vinicius Hsu Cleto discorre sobre a economia dos combustíveis fósseis em face do direito internacional ambiental, e a edição se encerra com dois textos de direito tributário: Jeferson Teodorovicz, Michell Przepiorka e Caio Malpighi refletem sobre o limite à compensação de prejuízos fiscais de IRPJ e de base de cálculo negativa de CSLL, e Gilson Pacheco Bonfim e Leonardo da Silva Sant'Anna examinam o novo tema da tributação sobre *cloud computing*, considerando os tratados brasileiros contra a dupla tributação de renda.

Desejamos a todos uma boa leitura, com a certeza de que a Revista Ius Gentium continua cumprindo a sua função de contribuir para a divulgação livre da produção científica jurídica brasileira.

Walter Guandalini Junior  
Editor-chefe

Jailson de Souza Araújo  
Editor-adjunto